

TÓPICOS EM EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM PROJETO DE EXTENSÃO NA REDE DE ENSINO FEDERAL BRASILEIRA

TOPICS IN ANTI-RACIST EDUCATION: AN EXTENSION PROJECT IN THE BRAZILIAN FEDERAL EDUCATION NETWORK

Giselle Maria Santos de Araujoⁱ
Stephanie Machado Paréⁱⁱ
Victória Costa Alves Marianoⁱⁱⁱ
Natália Ceconelo Rodrigues^{iv}

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar resultados de pesquisas efetuadas a partir do projeto de Extensão Tópicos em Educação Antirracista, uma ação de extensão que ofereceu formação a professores, funcionários e alunos tanto da comunidade externa quanto do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Alvorada, para a prática de uma educação antirracista. Ancorados na Lei 10.639, discutiu-se temas e questões relativas ao racismo e à educação antirracista, tendo como ponto de partida textos de literatura brasileira de escritoras negras, a saber, Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Eliane Alves Cruz, Conceição Evaristo, Cidinha da Silva, Ana Maria Gonçalves, Mirian Alves, Lia Vieira, Adriana Ortega, Giselle Maria e Débora Garcia. O projeto foi realizado em dez encontros on-line semanais de duas horas de duração, mediados por tecnologias de rede, como os aplicativos Google Classroom e Google Meet. O projeto surgiu como uma ferramenta para a aplicação de um plano de ação contra o racismo nas instituições de ensino. A ação de extensão contou com 82 participantes assíduos, sendo 62% formado por pessoas negras, 63% com ensino superior e 71,3% professores das redes municipal e estadual de diversos estados brasileiros. Vários profissionais relataram mudanças em práticas educativas a partir dos conhecimentos obtidos. Tivemos também a participação de três bolsistas de extensão do Ensino Médio Técnico que desenvolveram pesquisas de abordagem bibliográfica de caráter qualitativo referentes aos tópicos trabalhados. Os resultados dessas pesquisas são apresentados neste trabalho.

Palavras-chave: Racismo. Antirracismo. Ensino.

ABSTRACT

ⁱ Mestre em Literatura comparada pela UFRJ; Professora EBTT do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Alvorada, RS, Brasil – Email: giselle.araujo@alvorada.ifrs.edu.br

ⁱⁱ Estudante do Ensino Médio Técnico em Meio Ambiente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Alvorada, RS, Brasil – Email: stephanie.pare.aluno@alvorada.ifrs.edu.br

ⁱⁱⁱ Estudante do Ensino Médio Técnico em Meio Ambiente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Alvorada, RS, Brasil – Email: victoria.mariano.aluno@alvorada.ifrs.edu.br

^{iv} Estudante do Ensino Médio Técnico em Áudio e Vídeo do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Alvorada, RS, Brasil – Email: natalia.rodrigues.aluno@alvorada.ifrs.edu.br

Created in 2006, the Extension Project “Self-Medication Risks” aims to reduce the risks associated with self-medication by promoting the rational use of medicines. This paper is an experience report conducted during the last five years. During the period mentioned, 7,267 people from diverse audiences and age groups were served by this project by means of lectures, distribution and application of educational materials, workshops and activities connected to the central and/or peripheral themes perceived as necessary. In all these actions, there were only positive remarks about them and terms like “good”, “great” and “excellent” were widely used, revealing high levels of satisfaction with the project and its consequential effectiveness in health education. For results stratification and specific objectives implementation, the project was divided into 4 strands: Research, Events, Educational Materials and Social Media. Such division was conducted to set objectives which were prone to be supplied when not fully achieved taking into account their high impact on the community. This extension project aligned students’ academic formation with their own life reality and it was also able to have its benefits spread out over the university limits to the community.

Keywords: Racism. Anti-racism. Teaching.

1 INTRODUÇÃO

Em agosto de 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgaram o *Atlas da Violência 2020*. Feita com base no Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, a pesquisa avaliou a violência no Brasil entre os anos de 2008 e 2018. Segundo o *Atlas*, os casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas) aumentaram 11,5% em uma década, enquanto a taxa entre não negros (brancos, amarelos e indígenas) apresentou queda de 12,9%. A cidade de Alvorada possui a segunda maior taxa em homicídios de jovens negros do Rio Grande do Sul.

Para a diretora executiva do FBSP e coordenadora da pesquisa, Samira Bueno,

um elemento central para a gente entender a violência letal no Brasil é a desigualdade racial. Se alguém tem alguma dúvida sobre o racismo no país, é só olhar os números da violência porque traduzem muito bem o racismo nosso de cada dia. (BOND, 2020)

Conforme definição da cientista social María Dolores Pombo (2002), racismo é uma ideologia que mantém mecanismos de categorização e de exclusão para exercer poder sobre setores subalternos. No mesmo sentido, aponta a teórica social Lélia González (1979), ao definir racismo como um dos principais determinantes da posição dos negros dentro das

relações de produção e distribuição capitalista. Dessa forma, a violência que atinge a população negra muitas vezes começa na escola, quando a mesma expressa em seus espaços esse racismo presente na realidade de nosso país. O racismo afeta diretamente os jovens, não só pela violência em si, mas também por suas consequências: baixa autoestima, baixo rendimento escolar, segregação, sentimento de não-pertencimento, evasão. Como bem afirma Kabengele Munanga (2005),

[...] não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco. (MUNANGA, 2005, p. 16)

Uma educação antirracista é aquela que permite que todos tenham sua identidade e história respeitadas e acolhidas no espaço escolar. Para isso acontecer é necessário que gestores, funcionários, alunos e, principalmente, professores pensem e dialoguem em conjunto com as famílias, a comunidade, a sociedade civil, os estudantes e todos os profissionais de educação para compreender como o racismo se manifesta e para criar coletivamente um plano de ação para superá-lo.

Sendo assim, defendemos que o racismo na escola deve ser combatido através de práticas educativas antirracistas. Por isso, em 2020, desenvolvemos o Projeto de Extensão Tópicos em Educação Antirracista. Ancorados na Lei 10.639 e tendo como ponto de partida textos literários (poesias, contos e crônicas) de escritoras negras brasileiras, a saber, Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Eliane Alves Cruz, Conceição Evaristo, Cidinha da Silva, Ana Maria Gonçalves, Mirian Alves, Lia Vieira, Adriana Ortega, Giselle Maria e Débora Garcia, trabalhamos os seguintes tópicos, em sequência: diáspora negra, racismo estrutural, racismo institucional, racismo aversivo, racismo recreativo, apropriação cultural, colorismo, amor afrocentrado, empoderamento negro, intolerância religiosa, feminismo negro e interseccionalidade.

Os referidos tópicos foram abordados e debatidos em dez encontros *on-line* de duas horas de duração, mediados por tecnologias de rede, como os aplicativos *Google Classroom* e *Google Meet*, e teve como objetivo instrumentalizar profissionais da educação

e alunos para uma prática pessoal e coletiva de respeito à negritude e combate ao racismo. O projeto teve como eixo metodológico a leitura, análise e discussão de textos literários escolhidos das autoras já citadas e de textos teóricos de cientistas e pesquisadores, em sua maioria negros e/ou latino-americanos, como Kabengele Munanga, Paul Gilroy, Frantz Fanon, Aimé Césaire, Stuart Hall, Lélia González, Alejandro de la Fuente, bell hooks¹, Djamila Ribeiro, Silvio Almeida e Adílson Moreira, buscando, assim, apresentar aos participantes uma epistemologia não eurocêntrica. O projeto foi divulgado de forma *on-line* através de *cards* em redes sociais.

A inscrição foi realizada através do envio de dados por e-mail. Em menos de 24 horas, todas as 100 vagas disponibilizadas foram preenchidas. Os participantes inscritos foram adicionados a uma sala de aula do aplicativo *Google Classroom*, onde eram disponibilizados os materiais literários e teóricos que seriam utilizados nos encontros *on-line*. A leitura prévia do material não era uma exigência para a participação nos encontros síncronos, os quais ocorriam uma vez por semana através do aplicativo *Google Meet*. O *link* para acesso ao *Meet* era enviado no dia dos encontros e também postado no *Classroom*. Em cada encontro um tópico era desenvolvido seguindo esta ordem: leitura literária, discussão teórica, exemplos didáticos reais e debate entre os pesquisadores e os participantes.

Os participantes se envolveram ativamente na construção do diálogo para a compreensão tanto das questões relativas ao racismo e étnicos-raciais quanto das práticas educativas antirracistas. O projeto se assentou no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. Ensino porque teve sua base no ensino de Literatura para um público-alvo formado, em sua maioria, por profissionais da Educação. Pesquisa porque é resultado de pesquisa acadêmica no *campus* dos Estudos Afro-latino-americanos de membros da equipe executora. Extensão porque se voltou ao público externo à instituição, tendo alcançado 82 participantes assíduos, contando com 73,8% de professores das redes municipal e estadual, sendo 36% dos participantes das regiões de Alvorada. Mas tivemos também participantes dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Paraíba, Bahia e Pernambuco, além de uma participante internacional, da Cidade do México.

¹ A escritora bell hooks faz questão de afirmar que seu nome deve ser escrito em letra minúscula mesmo, representando seu desejo de dar destaque ao conteúdo de sua escrita e não à sua pessoa.

O projeto contou com a participação efetiva de três bolsistas de extensão, alunas do Ensino Médio Técnico do IFRS Campus Alvorada. As bolsistas respondiam pela organização do vasto material disponibilizado aos participantes no *Classroom* e pela organização dos encontros *on-line*, como abertura da sala no *Meet* e autorização de entrada, apresentação dos slides, imagens e vídeos que integravam os encontros, recepção *on-line* das pesquisadoras convidadas, controle da frequência dos participantes, já que era exigida a presença em pelo menos 60% dos encontros *on-line* para a emissão dos certificados, controle e organização do chat, no qual os participantes colocavam suas perguntas, dúvidas e sugestões e organização do momento do debate.

Além do trabalho de caráter mais prático, as bolsistas Stephanie Machado Paré, Victória Costa Alves Mariano e Natália Ceconelo Rodrigues desenvolveram pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo a partir de temas tratados diretamente no projeto ou relacionados a eles. O tema colorismo foi um dos tópicos apresentados no projeto e foi aprofundado pela bolsista Victória Mariano, por ser um tema que a mesma vivencia em sua vida pessoal; o tema cinema já vinha sendo pesquisado pela bolsista Natália Ceconelo em sua atuação como estudante do curso técnico em Produção em Áudio e Vídeo e, diante do debate sobre representação negra em tópicos do projeto, a bolsista ampliou sua pesquisa para avaliar especificamente o cinema negro; e, por fim, o tema racismo ambiental já era tema de pesquisa da bolsista Stephanie em sua atuação como estudante do curso técnico em Meio Ambiente e, diante dos tópicos analisados no projeto, especificamente diáspora negra no Atlântico Sul e racismo estrutural, a bolsista ampliou seu olhar. A seguir, apresentamos os principais conceitos pesquisados pelas bolsistas a partir dos encontros do projeto.

2 O COLORISMO E SUA ORIGEM NO BRASIL

Não podemos discutir colorismo sem resgatarmos fatos históricos que contribuíram para as atuais discussões: a escravização africana no Brasil, a miscigenação, o racismo estrutural e institucional que organizam a sociedade brasileira e a violência que a mulher negra vem sofrendo há séculos, proveniente desses processos históricos-sociais.

A escravização negra no Brasil durou oficialmente quase 400 anos. O Brasil foi o último país do mundo a decretar a abolição da escravatura através da Lei Áurea, a qual se

concretizou apenas por alguns fatores: a mobilização dos escravizados organizando fugas e refugiando-se em quilombos; a mobilização de grupos abolicionistas; e a mobilização política internacional, com foco apenas no mercado consumidor, que concretizou, por fim, a aprovação da lei, a qual não garantiu direitos plenos aos negros.

Mas o que é ser um escravizado? Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss, em sua primeira acepção, escravizado é “quem ou aquele que, privado da liberdade, está submetido à vontade absoluta de um senhor, a quem pertence como propriedade” (ESCRAVIZADO, 2020). Era disso que se tratava a escravização: os escravizados perdiam a liberdade, eram tratados como nada, sem dignidade humana, explorados e torturados, e isso permaneceu durante séculos. O tráfico negreiro atlântico, sob o domínio principalmente de Portugal, se tornou um comércio lucrativo. Mas ao contrário do que muitos pensam, os negros lutaram por sua liberdade, alguns preferindo até a morte ao invés da escravização. Segundo Ferreira e Seijas (2018, p. 64), “libertar-se do estatuto jurídico e social de escravo foi um objetivo central desde o momento em que os africanos escravizados punha os pés no continente americano”. Até hoje não sabemos ao certo quantas pessoas foram tiradas de suas terras à força e trazidas para o Brasil, mas, segundo a organização *Slave Voyages*², seria em torno de quatro a cinco milhões de africanos.

É importante salientar que a abolição não significou plena cidadania aos negros. Conforme afirmam Fischer, Grinberg e Mattos (2018, p. 177), “o Estado cortou o cordão umbilical da escravidão, mas não proveu nada a mais: uma vez emancipados, os libertos e seus filhos não seriam nem marcados nem assistidos por qualquer status legal especial”.

2.1 EXPLICANDO O RACISMO INSTITUCIONAL

A população negra é maioria no Brasil, sendo 56% da população brasileira de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas por que continuam a ser tratados como minoria? Porque os direitos plenos da cidadania ainda estão longe de alcançar a população negra em sua totalidade.

² Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

O maior índice de mortalidade materna (morte na gravidez, parto ou pós-parto) ocorre entre mulheres negras³.

Na Segurança Pública, conforme o *Atlas da Violência 2020*, os maiores índices de violência, homicídios em sua maioria, são contra a população negra, principalmente com relação aos jovens negros. Em 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios por 100 mil habitantes no país. Entre os não negros, a taxa foi de 13,9 %.

Embora em 2018, a pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, feita pelo IBGE, mostrou que, pela primeira vez no país, os negros se tornaram maioria no ensino superior público, chegando a 50,3% dos estudantes, mesmo assim, continuamos não tendo negros em espaços de poder e de liderança.

Essa violência e desigualdade são causadas, na maioria das vezes, pelo racismo instaurado e enraizado na nossa sociedade, que passa pelas corporações policiais e instituições e é fomentada muitas vezes pela ausência de políticas públicas, o que contribui para o genocídio do povo preto.

Então, o que é racismo? A filósofa Lélia González (1979, p. 8-9) define racismo como uma “articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas”. Já o jurista Adilson Moreira (2017), em uma entrevista ao site *Alma preta*⁴, afirma que “o racismo influencia não apenas o comportamento de pessoas específicas, mas também a forma como as instituições públicas e privadas operam”.

Nesse sentido, o racismo institucional se configura como “atos praticados por representantes de instituições públicas e privadas contra minorias raciais que prejudicam o status social dos membros desses grupos” (MOREIRA, 2019, p. 49-50). E isso nos leva à explicação de como age o racismo institucionalizado: um sistema de desigualdades que ocorre em diferentes áreas como saúde, educação, trabalho, economia.

2.2 QUE É O COLORISMO E COMO ELE SURTIU

O termo “colorismo” foi criado pela escritora norte-americana Alice Walker, em 1982, quando publica seu livro *If the Present Looks Like the Past, What Does the Future*

³ Sobre a mortalidade materna entre negras ver MARTINS, 2006. Especificamente sobre a mortalidade materna negra por Covid, ver dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1317-mortalidade-materna-por-covid-entre-negras-e-duas-vezes-maior-que-entre-brancas-diz-doutora-em-saude-durante-live-do-cns>

⁴Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/entrevista-adilson-moreira-e-o-racismo-institucional>

/look Like. Quando se é um negro de pele clara, o colorismo acaba nos atingindo, desde muito novos. Nas escolas, por exemplo, o colorismo afeta as crianças e adolescentes provocando falta de identificação com a cultura negra, uma vez que essa é tratada como uma subcultura. O que muitas vezes acaba anulando a negritude da criança ou adolescente, fazendo-o acreditar que não é negro o suficiente. Pois bem, a nossa história há anos vem tentando romantizar a miscigenação como se ela tivesse ocorrido por amor, mas sabemos que a história nem sempre é contada como deveria. A miscigenação, de onde deriva o que chamamos de colorismo, surgiu pela forte violência que a mulher negra sofreu do homem branco europeu durante o processo de escravização.

Mas o que foi a miscigenação em terras brasileiras? A miscigenação se configurou como resultado da violência contra as mulheres negras escravizadas. Cruz e Martins (2018) asseguram que:

A miscigenação é fruto de violências sexuais, as relações de poder envolvidas caracterizavam [...] a dominação do corpo da mulher negra como um objeto sexual destinado a prover prazeres. Diferentemente do corpo santificado das mulheres brancas, o corpo das mulheres negras eram passeios para caprichos sexuais, relações abusivas que resultavam no cruzamento de genes [...] e geravam assim a miscigenação. (CRUZ; MARTINS, 2018, p. 8)

Inicialmente considerada prova de degeneração da sociedade, a noção de miscigenação sofre uma mudança no Brasil durante as décadas de 30 e 40 do século 20, quando intelectuais brancos e de classe média começaram a considerar que a mistura racial tinha gerado uma mistura cultural que era responsável pela experiência histórica da América Latina e, portanto, era positiva e necessária. Intelectuais chegaram a defender que a mestiçagem ocorrida em toda a América Latina entre brancos, negros e índios, teria gerado a raça perfeita, com o aperfeiçoamento das características positivas e a anulação de características negativas. Entre esses intelectuais, destaca-se o brasileiro Gilberto Freyre com o livro *Casa Grande & Senzala*, de 1933.

No entanto, o teórico social Kabengele Munanga (1999) defende que

a mestiçagem deveria ser encarada primeiramente não como um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco. (MUNANGA, 1999, p. 29)

As mulheres negras foram tratadas sem o mínimo de respeito pelos seus corpos, como se não fossem nada, como se seus corpos merecessem ser violados. As mulheres negras eram violentadas porque acreditava-se que seus senhores tinham o direito sobre elas. O historiador George Reid Andrews (2018), ao discorrer sobre a escravidão, afirma que

[u]ma das dimensões mais sombrias dessa desigualdade foi o abuso sexual, a que as mulheres escravizadas estavam sujeitas. Embora seja impossível quantificar a frequência ou a natureza dos contatos sexuais entre senhores e escravas, casos de abuso sexual ocasionalmente aparecem em registros judiciais. (ANDREWS, 2018, p. 97).

O estupro de mulheres negras escravizadas foi comprovado também pelos resultados iniciais do projeto DNA⁵ do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP), que mapeou o genoma da população brasileira. Os resultados iniciais demonstraram grande incidência de herança mitocondrial materna africana (36%), enquanto a herança mitocondrial paterna é majoritariamente europeia (75%). Os filhos resultantes dessa violência eram chamados de “mulatos” ou “pardos”. Filhos que Andrews (2018, p. 97) assegura que “dada a baixa incidência de alforria [...] parece provável que a maioria das crianças dessas uniões continuasse escravizada”. O colorismo no Brasil, apesar de só ser conceituado séculos depois, surge como resultado dessa miscigenação forçada.

Segundo Silva (2017),

o colorismo estaca um tipo de discriminação que enfatizava os traços físicos do indivíduo, questões determinantes para revelar o valor que a ele seria dado em sociedade. Dessa forma, aspectos fenotípicos como um cabelo notadamente crespo, um nariz arredondado ou largo que são associados à descendência africana, também influenciam no processo de discriminação no denominado colorismo. (SILVA, 2017, p. 12)

Dessa forma, o colorismo é a separação do negro pelos diferentes tons de pele. Foi criado como uma estratégia da branquitude para separação do povo negro, pois o negro de pele mais clara e traços mais finos é mais tolerado pela sociedade, mas nunca aceito, pois caso ele vá disputar com um branco ele será lembrado de que é negro e onde é o seu devido lugar.

⁵ Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-biologicas/dna-preserva-historia-de-indigenas-e-escravos-no-genoma-dos-brasileiros/>

Não é segredo que as mulheres negras vêm sofrendo há séculos e não só por serem mulheres, mas principalmente por serem mulheres negras. Violência que se iniciou no processo escravocrata, se perpetuou no processo de miscigenação e se mostra presente em nossa sociedade até os dias atuais. Como afirma Djamilia Ribeiro (2019), por mais que todas as mulheres estejam sujeitas à violência por uma questão de gênero, é importante salientar que o grupo que mais sofre com isso ainda hoje é o das mulheres negras, já que seus corpos vêm sendo desumanizados e ultra sexualizados historicamente, sendo vistos como uma mercadoria, mulheres tratadas como objeto sexual pelos senhores da época da colonização. E a mistura de raças, geradas por essa violência, trouxe consequências sociais importantes, pois delimitou os espaços a serem ocupados pelos negros de tom de pele mais escura e os negros de tom de pele mais clara, frutos da miscigenação, posto que estes eram mais socialmente tolerados no Brasil. Silva (2017, p. 8) alerta que “a diferença de tratamento dada aos mesmos descendentes negros fragmentava a unicidade dentro da etnia”. Essa fragmentação dentro da etnia é o que hoje chamamos de colorismo.

Como uma mulher negra de pele clara, a bolsista Victória Alves Costa Mariano foi constantemente surpreendida pela frequência com que essa temática era trazida pelos participantes do projeto Tópicos em Educação Antirracista, formado em sua maioria por mulheres negras. As discussões geradas no projeto foram essenciais para a escrita desse texto, pois ao analisar os depoimentos femininos e a partir das leituras teóricas realizadas, foi possível constatar que a mestiçagem foi um processo político, ideológico e cultural que impingiu violência sexual ao corpo das mulheres negras de forma a exercer poder e moldar uma hierarquia racial de dominação.

3 O CINEMA NEGRO, SUA TRAJETÓRIA E SUA LUTA

O cinema tem seu início na França com a primeira exibição pública de um curta em Paris, em 28 de dezembro de 1895, pelos irmãos Lumière. Com o início das produções de filmes, outras exibições ficaram conhecidas e, com isso, o cinema pode desenvolver-se cada vez mais. Entretanto, mesmo com o grande avanço, atores negros não eram convidados para fazerem parte das produções. No início do cinema, em 1900, era utilizada a técnica *black face*: atores negros pintavam o rosto de preto e interpretavam pessoas negras com o intuito de constrangê-las, assim como ridicularizavam os sotaques dos personagens que

representavam pessoas negras. A técnica era ofensiva à população negra, pois representava uma espécie de desumanização e uma desautorização da população negra sobre a própria identidade. Mais tarde, atores negros participaram atuando em diversos filmes, mas sempre em papéis extremamente estereotipados, algo comum até atualmente nas novelas e séries. Pretende-se nesta seção apresentar a trajetória do cinema negro, mostrar a importância do cinema negro na questão da representatividade e destacar as conquistas do cinema negro por meio da luta antirracista. Defendemos que a luta antirracista foi essencial para a obtenção da visibilidade dos negros na indústria cinematográfica, o que levou muitos negros a conquistarem inúmeros prêmios e reconhecimento internacional.

O cinetoscópio foi o primeiro aparelho cinematográfico inventado. A partir do cinetoscópio foi criado, pelos irmãos Lumière, o cinematógrafo, apresentando a obra *Chegada de um trem à estação da Ciotat*. É importante salientar que nessa época o racismo tinha uma enorme força. Para Gonzalez (1979), o racismo é um dos principais determinantes da posição dos negros dentro das relações de produção e distribuição das sociedades capitalistas e sua eficácia estrutural se apresenta nas relações ideológicas e políticas que se observam. No mesmo sentido, Moreira (2019, p. 40) define racismo como “um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo racial dominante”. No início da indústria cinematográfica, mais precisamente em 1920, o racismo podia ser observado no costume de branquear os artistas negros em pinturas e fotos, além da presença de divisões para pessoas negras e brancas nos estúdios. Essa constante discriminação fez com que atores negros não participassem das primeiras obras produzidas, pois não eram permitidos.

A proibição da atuação de atores negros fez com que a técnica *black face* fosse mais amplamente utilizada no século 19 em espetáculos humorísticos. Nessa perspectiva, um filme extremamente famoso à época e racista que utilizava essa técnica é o *Nascimento de uma Nação*, de D.W.Griffith, de 1915. O enredo retrata os negros como os vilões que tomam o poder por meio de fraudes e, no fim, a Klu Klux Klan é apresentada como algo positivo, destoando totalmente da realidade. Sendo assim, a entidade utilizava teorias raciais para justificar a supremacia da raça branca. A aplicação do *black face* durou até meados do século 20, precisamente até 1960, e terminou com o Movimento dos Direitos Civis dos negros nos Estados Unidos.

O primeiro ator negro a receber créditos na tela de destaque de um filme foi Lincoln Theodore Monroe Andrew Perry, porém, seu nome artístico era Stepin Fetchit. Além de ator, Lincoln também era comediante. Sua maior fama foi na década de 1930, porém, no palco e nos filmes ficou conhecido como o homem mais preguiçoso do mundo, representando como seriam as pessoas da comunidade negra nos Estados Unidos. Stuart Hall assegura que “a África era vista como a mãe de tudo o que é monstruoso na natureza” (HALL, 2016, p. 162). Dessa forma, Lincoln reafirmava essa representação negativa do negro, o que gerou sua decadência, já que a acessibilidade dos filmes foi aumentando e a população negra, agora telespectadora, julgava como extremamente prejudicial e embaraçosa a representação desses estereótipos negativos.

Com o desenvolvimento e o aumento das telas e das salas de cinema, principalmente em 1915, filmes passaram a ser realizados fora do parâmetro ideal de Hollywood. Foi quando surgiram as companhias afro de cinema nos Estados Unidos, marco inicial do que hoje conhecemos como cinema negro.

A primeira companhia afro-americana a ser criada foi a Lincoln Motion Picture Company, criada em 1916 pelos irmãos Noble e George Johnson, e que distribuía suas produções de forma independente. A companhia inicialmente se localizava na cidade de Nebraska e mais tarde foi realocada para Los Angeles, contando com cinco produções que eram destinadas à população negra. Logo, as exibições eram realizadas em igrejas e em salões que eram montados. Devido ao grande custo das produções e o pequeno salário pago aos atores, não foi possível a realização de outros filmes e a companhia encerrou as atividades em 1921.

A atriz negra pioneira no cinema norte-americano foi Evelyn Preer, que era atriz de teatro e de cinema, além de cantora. Ela foi a primeira atriz negra a ganhar celebridade e popularidade. Seu primeiro papel foi no filme de 1919 *The Homesteader*, de Oscar Micheaux. Nele, Preer interpretou Orlean. A atriz estrelou dezenove obras cinematográficas e se recusava a participar de filmes e desempenhar papéis que humilhavam a comunidade negra.

O próprio Oscar Micheaux foi outro pioneiro do cinema, sendo o primeiro diretor negro a realizar um longa-metragem nos Estados Unidos, o já citado *The Homesteader*. Além de diretor, produtor e roteirista, Micheaux era também ator dos próprios filmes, ele produzia obras que combatiam a temática Hollywoodiana racista, com o foco em seu elenco

que contava apenas com pessoas negras para atuar, além das obras serem destinadas ao público negro, o qual era proibido de frequentar as grandes salas de cinema na época. Micheaux criou sua própria companhia em 1923, a Micheaux Film Corporation, em Chicago, e produziu 16 filmes, sendo o primeiro negro a dirigir um filme sonoro, e dirigiu mais de 42 obras. O seu filme *Within our Gates* (Dentro de Nossos Portões), foi uma resposta ao *Nascimento de uma Nação*, que glorificava a Ku Klux Klan e afirmava a violência contra negros, criticando a miscigenação. Sendo assim, a produção de Micheaux mostrava a realidade dos Estados Unidos, retratando que uma pessoa afro-americana era mais propensa a ser explorada, sofrer ataques e ser linchada, do que pessoas não negras. Além disso, Micheaux foi pioneiro em dar voz aos negros, os retirando de papéis de empregados, escravos, preguiçosos e burros, como eram retratados nas grandes produções de Hollywood, apontando assim para o racismo estrutural presente na sociedade norte-americana.

A primeira mulher negra a produzir um filme nos Estados Unidos foi Alice B. Russell, em 1928, que também produziu alguns filmes do marido, Oscar Micheaux, além de também atuar em algumas obras do diretor.

Já em 1940, a atriz Hattie McDaniel foi a primeira negra a levar uma estatueta do prêmio Oscar interpretando o papel da escrava Mammy, sendo atriz coadjuvante no filme *E o vento levou*. Entretanto, a atriz Hattie não pôde comparecer na estreia do filme e foi proibida de sentar-se à mesma mesa que os colegas de equipe por sua cor da pele. Nessa época, em Hollywood, os papéis ocupados pelos negros eram irrelevantes, como figurantes, empregados e motoristas.

Foi somente na década de 1970 que surgiu o que hoje conhecemos como cinema negro, relacionado aos movimentos pelas liberdades civis e contra a segregação racial. Segundo o antropólogo Celso Prudente (s/d, p. 49), “constata-se que o cinema negro é uma postura conceitual para expressar o discernimento da nova posição sociocultural do afrodescendente, na construção da imagem afirmativa do negro e de sua cultura”. Já o pedagogo Marco Aurélio Correa (2018, n.p) afirma que cinema negro “é todo o cinema que tem a figura negra como protagonista (...) é um ato político de combate ao racismo (...) busca outras representações negras e a reparação de injustiças históricas”.

Essa busca por novas representações do negro no cinema fez surgir, nos Estados Unidos, um movimento cinematográfico chamado *blaxploitation* que teve início na década

de 1970 e tinha como objetivo mostrar, principalmente para Hollywood, que os negros poderiam ser muito mais do que apenas coadjuvantes da indústria. Os filmes que seguiam este movimento eram realizados e protagonizados por atores e diretores negros, tendo como público-alvo somente os negros norte-americanos⁶. Os filmes do *blaxploitation* eram exibidos em bairros periféricos das cidades, pois a maior parte da população negra vivia nesses locais devido à falta de oportunidades e de direitos. Desse movimento, um dos filmes mais famosos produzido foi *Shaft*, em 1971, dirigido por Gordon Parks e premiado, em 1972, no Oscar por melhor trilha sonora. O filme conta a história de um detetive negro que se envolve com uma máfia italiana para encontrar a filha desaparecida de um negro famoso. O mais importante desses filmes são os papéis destinados aos atores negros, destoando totalmente da realidade de Hollywood que designava papéis não relevantes à população negra. Gordon Parks foi o primeiro afro-americano a dirigir e produzir grandes obras cinematográficas, a partir de 1964, desenvolvendo filmes sempre com a temática racial, relacionando também à experiência de escravos, sendo antirracista, ou seja, quem se opõe ao racismo e a qualquer prática racista, segregacionista e racialmente discriminatória.

Outro movimento importante para a história do cinema negro é o "L.A Rebellion", que se inicia na década de 1960, mas tem seu ápice entre as décadas de 70 e 80 do século 20, realizado pelos estudantes da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, que criticavam o cinema de Hollywood e eram influenciados por filmes da América Latina e da África. O nome foi dado, em 1960, por Clyde Taylor, estudante de cinema, para descrever os cineastas.

No Brasil, a partir de 1990, a presença de pessoas negras no cinema aumentou; entretanto, papéis coadjuvantes e discretos continuaram sendo uma realidade, tanto nas novelas que traziam personagens negros nessa época, mas somente em papéis estereotipados, quanto nos filmes nacionais. Em reação a isso, surgiu o *Dogma da Feijoadá*, movimento que tinha o objetivo de colocar em foco o trabalho dos cineastas negros brasileiros, além de mostrar a realidade nas grandes telas, indo contra tudo o que era retratado e praticado, para, assim, produzir um cinema com forte representatividade negra. Diretores como Lilian Solá Santiago, Ari Cândido, Billy Castilho, Daniel Santiago, Luiz Paulo Lima, Noel Carvalho e Rogério Moura, faziam parte do movimento, além do idealizador Jeferson De. Foi inspirado no *Dogma 95*, movimento iniciado por diretores dinamarqueses

⁶ Entre 1910 e 1950, um movimento na mesma linha também foi testado, porém, era chamado de *race films*.

que estabeleceram regras para a realização de obras cinematográficas, colocando novamente o poder sobre a criação dos filmes nas mãos do diretor.

Em 2000, os filmes começaram a ter uma temática mais pesada, por meio de cenas de ação com lutas e mortes, com representação de movimentos terroristas e extremistas e com uma visão mais pessimista do mundo. O Brasil não fugiu à essa tendência, como mostra o filme *Cidade de Deus*, de 2002. Mesmo com inúmeros avanços no cinema, nessa época personagens de homens negros ainda eram tratados como agressivos ou amedrontados e mulheres negras como atrevidas e barulhentas, sempre focando nesses estereótipos, os quais foram e, muitas vezes, ainda são reproduzidos nos filmes de Hollywood. Além disso, pessoas brancas até hoje possuem presença dominante na frente das câmeras, sem representação da diversidade da população mundial, resultado da desigualdade racial que impede o acesso de negros a equipamentos culturais e a espaços como cursos de cinema, escolas e cursos de teatro.

Em 2010, o cinema negro teve inúmeras produções com elogios, recebendo altíssimas notas dos espectadores, como: *O livro de Eli*, *For Colored Girls*, *Jogada Certa*, *Por que eu me casei também?*, *Histórias cruzadas*, entre muitos outros. Cumpre destacar que quase todo o elenco dessas produções era negro.

A primeira atriz negra a alcançar a Tríplice Coroa da Atuação, foi Viola Davis que ganhou um Tony Awards e um Emmy Awards em 2015 pela série *How to get away with murder* (*Como defender um assassino*) e um Oscar em 2017, como atriz coadjuvante no filme *Um limite entre nós*. Além disso, em 2012 e em 2017, foi considerada, pela revista *Time*, uma das 100 pessoas mais influentes do mundo, sendo conhecida também por seu ativismo pelos direitos humanos e pela igualdade de direitos para mulheres e para mulheres negras. Além disso, por meio do seu ativismo, também denuncia a desigualdade social que atinge os negros em razão da etnia.

No Brasil, um dos principais nomes do cinema negro é Sabrina Fidalgo. Cineasta, roteirista, atriz e produtora, Sabrina Fidalgo foi eleita em 2018 pela *Bustle*, revista feminina *on-line* americana, uma das 36 cineastas incríveis em todo o mundo. Ela fez cinema fora do Brasil, estudou na Alemanha e na Espanha. Foi premiada com os prêmios de Melhor Direção e de Melhor Trilha-Sonora no 52º Festival de Cinema de Brasília do Cinema Brasileiro, pelo curta *Alfazema*, que retrata a história de Flaviana, personagem que em uma manhã pós-

carnaval precisa ser purificada pelas ações realizadas na noite anterior. O curta retrata a masculinidade tóxica, sexo, culpa e deus.

Outro nome conhecido da sociedade brasileira é o de Lázaro Ramos, ator, cineasta e dublador. Lázaro Ramos também dirige peças de teatro e outras obras cinematográficas, como o longa-metragem *Medida Provisória*. Ele foi indicado ao Emmy de melhor ator em 2007 pela interpretação do personagem Foguinho, na novela *Cobras & Lagartos*.

Renata Martins é uma diretora, cineasta e roteirista negra que criou a série *Empoderadas*, a qual retrata a pluralidade e a criatividade das mulheres negras, sempre na luta antirracista. A diretora foi a ganhadora do Emmy Internacional Kids Awards, em 2013, na categoria de Melhor Série Infanto Juvenil, pela série *Pedro & Bianca*. Além disso, também coordenou o primeiro encontro de Mulheres Negras do audiovisual e compôs a equipe de roteiristas de *Malhação - Viva a diferença*.

Além desses nomes, outros cineastas negros brasileiros também estão constantemente na luta contra o racismo dentro e fora das telas, como Carmen Luz, com *Um Filme de Dança*, Diego Paulino, com *NEGRUM3*, Yasmin Thayná, com *Fatura*, Camila de Moraes, com *O caso do homem errado*, e Joel Zito Araújo, com *A Negação do Brasil*.

A participação do negro no cinema é de extrema importância para a luta antirracista e para a representatividade negra na sociedade. Com as pesquisas realizadas no projeto de extensão Tópicos em Educação Antirracista foi possível observar a enorme discriminação às pessoas negras dentro da indústria cinematográfica, principalmente no seu início entre 1895 e 1930, pois, além de não permitirem aos negros contratarem nas produções, eram proibidas de frequentar as mesmas salas de cinema que os brancos. E quando eram contratados para interpretar algum papel, este era sempre de empregado, mordomo, motorista e lavadeira, papéis sociais considerados subalternos e de pouco valor na sociedade.

Com o passar dos anos, surge o cinema negro, relacionado aos movimentos de contestação social, e que tem como um de seus objetivos combater o racismo na indústria cinematográfica.

A representatividade negra no cinema se faz notar principalmente quando o elenco é totalmente formado por pessoas negras e os papéis não são estereotipados. Nesse viés, pessoas negras se sentem representadas ao assistirem a filmes como *Pantera Negra*, de 2018, dirigido por Ryan Coogler e tendo Chadwick Boseman e Michael B. Jordan

interpretando os principais personagens, filme no qual quase todos os papéis eram protagonizados por pessoas negras, inclusive o herói, interpretado por Boseman. Sendo assim, é possível que inúmeras crianças, ao verem aquele herói as representando, se sintam bem e não tenham vergonha de sua etnia. Se os filmes somente contratarem pessoas brancas para os papéis mais importantes, estarão contribuindo com o racismo e indo contra a representatividade, pois as pessoas não brancas, ao assistir a esses filmes, irão se autocriticar por não terem nascido como os atores e atrizes brancos, aceitando a discriminação racial que sofrem.

À vista disso, atores como Viola Davis, Eddie Murphy, Octavia Spencer, Denzel Washington, Taís Araújo, Lázaro Ramos e Cacau Protásio, trazem consigo representações para as telas do cinema, ganhando inúmeros prêmios com seus trabalhos que são divulgados internacionalmente.

Por meio das pesquisas bibliográficas e cinematográficas realizadas, tendo como fontes livros, artigos acadêmicos e sites específicos sobre cinema, foi possível a descoberta de inúmeras conquistas da população negra no ramo do audiovisual, muitas vezes ocultadas pelas mídias e não divulgadas pela sociedade, a fim de se manter o racismo intacto. Torna-se urgente combater o racismo no audiovisual, e no cinema em particular, projetando cada vez mais atores e atrizes, produtores e cineastas negros.

4 RACISMO AMBIENTAL: SEU DESENVOLVIMENTO E ATUALIDADE

Pode-se afirmar que o racismo ambiental recebe uma nomenclatura muito atual, mas começou bem antes de ser conceitualizado.

Racismo ambiental, ou racismo meio ambiental, é um termo cunhado em 1981 pelo líder afro-americano de direitos civis Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr. O conceito surgiu nos Estados Unidos em um contexto de manifestações do movimento negro contra injustiças ambientais. (LEGNAIOLI, s.d, s/n)

Basicamente, o racismo ambiental é uma formatação específica do racismo conhecido nos dias de hoje. Ele se apresenta de forma excludente, dividindo comunidades carentes de centros elitistas, impondo um modo lento de degradação ambiental, cultural, social, econômico, mental e espiritual.

É o racismo ambiental que transforma as florestas e matas (essenciais para diversas culturas e etnias) em grandes monoculturas, minerações e indústrias, destruindo completamente os locais afetados, diminuindo territórios indígenas e quilombolas e levando às comunidades doenças infecciosas, geradas por venenos e agrotóxicos utilizados nas produções. Dessa forma, o racismo ambiental pode resultar, inclusive, no óbito, por envenenamento, mas também pela contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, causadas por estupros que, principalmente as mulheres, crianças e adolescentes, sofrem em períodos de luta por posse de terras. Esse tipo de racismo também contribuiu para o surgimento das favelas e continua contribuindo para o crescimento delas de forma desenfreada.

4.1 RACISMO ESTRUTURAL E RACISMO INSTITUCIONAL

Retomamos mais uma vez o jurista Silvio Almeida (2019, p. 41), que define o racismo estrutural como um tipo de racismo que tem dimensão histórica e coloca sempre a classe dominante no topo da pirâmide social. Como uma pirâmide representativa, a mulher negra fica na base, o homem negro vem depois, logo após vem a mulher branca e no topo o homem branco, realmente representando os direitos que esse recorte racial e de gênero garante.

É esse racismo que surgiu primeiro, vinculado ao processo de escravização africana no Brasil, com o objetivo de inferiorizar o negro, colocando-o na base da estrutura. Vale lembrar que esse racismo foi algo criado pelo próprio branco, como símbolo de domínio sobre o "outro". Como bem afirma Almeida (2019):

A situação das mulheres negras exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os 'trabalhos improdutivos' - aqueles que não produzem mais-valia, mas são essenciais. Por exemplo, as babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital - são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas 'universais' de saúde e suportam, proporcionalmente a mais pesada tributação. (ALMEIDA, 2019, p.114)

Não há como falar de racismo estrutural sem falar sobre o racismo institucional. Eles andam lado a lado no cotidiano e influenciam linearmente o racismo ambiental.

O conceito de racismo institucional designa práticas institucionais que podem ou não levar necessariamente a raça em consideração, mas que mesmo assim afetam certos grupos raciais de forma negativa. (MOREIRA, 2019, p. 49, 50)

O racismo institucional, como já vimos, funciona de forma a interferir na vida, principalmente econômica, do negro brasileiro. As instituições, tanto públicas como privadas, são racistas. Elas selecionam quem vão favorecer ou não. Por exemplo, em uma entrevista de emprego, há um negro e um branco, o negro tem mais experiências que o branco, mas ele não foi escolhido porque não seguia os padrões da empresa. O mesmo ocorre quando um negro mora distante do local de trabalho, sempre irão escolher quem more perto para não terem de pagar duas ou mais passagens de ônibus para o trabalhador (isso é também um exemplo de racismo ambiental, onde os negros sempre são jogados para as margens das cidades, ficando mais distantes dos centros e, assim, mais distantes de melhores oportunidades de emprego). Negar direitos trabalhistas também é racismo institucional.

Os três tipos de racismo se relacionam diretamente, isso porque é a estrutura racial brasileira que coloca as minorias em vulnerabilidade social, política e econômica. O racismo ambiental começa quando um negro é considerado inferior por seus traços fenotípicos (racismo estrutural) e, desta forma, lhe são negados respeito e direitos, o colocando em situação de pobreza (racismo institucional).

Essa tríade do racismo brasileiro transforma a utopia de mundo igualitário em uma realidade sofrida por muitos. Os centros urbanos estão lotados de negros: nas ruas; nas casas da elite trabalhando em condições desumanas; no transporte coletivo lotado, que carrega milhares de trabalhadores até suas casas, algumas há horas de distância do local de trabalho. Como se não bastasse o sofrimento da classe trabalhadora, ainda existem as justificativas banais para colocar o "outro" nesse estado de calamidade. Algumas delas são: "ninguém mandou não estudar quando mais novo", "não fez um curso para se profissionalizar, não iremos dar esta oportunidade", "se veste mal, a aparência é péssima". Mas a questão é: quem tem a obrigação de manter este público bem-educado, informado, arrumado e experiente?

4.2 BREVE HISTÓRICO DO RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL

O Brasil é um dos países que mais recebeu africanos escravizados no mundo⁷, totalizando a movimentação de cerca de 5 milhões de africanos escravizados externa e internamente, em um período de mais de 300 anos. Essa movimentação ocorreu a partir da colonização portuguesa, em 1500, e só teve um final em 1888.

O fim desse período tão cruel, que matou milhares de negros com torturas e exploração, começou com algumas leis que garantiam a alforria dos escravizados. Por exemplo, a Lei do Ventre Livre (lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871), que garantia a liberdade aos filhos de escravizados. Assim como a Lei dos Sexagenários (lei nº 3.270 de 28 setembro de 1885), que garantia a liberdade dos escravizados com mais de 60 anos, uma lei que hoje em dia é considerada contraditória, já que dificilmente algum negro chegava a essa idade com as condições de vida que tinham. Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a lei de nº 3.353, a Lei Áurea, que extinguiu “oficialmente” a escravidão de africanos e afrodescendentes residentes no país. Essa lei, no entanto, não foi efetivada de fato (como a maioria das outras leis) e passaram-se anos para que uma parcela dos escravizados pudesse ser liberta da relação de trabalho escravocrata. Considerada uma mentira cívica pelo Movimento Negro Brasileiro⁸, a Lei Áurea não garantiu direitos aos negros como cidadãos.

A abolição da escravatura no Brasil se liga diretamente à formação dos quilombos e mocambos, que historicamente têm relação direta com a questão do racismo ambiental. Esses quilombos/mocambos eram considerados refúgios e abrigos de negros fugidos, indígenas, mestiços. Um verdadeiro lugar de resistência. Eram montados no meio do mato, longe de propriedades dos senhores de engenho, onde poderiam cultivar suas raízes sem julgamentos e com uma certa liberdade. Eram autossuficientes, produzindo seus próprios alimentos e mantendo um padrão de vida mais próximo ao de sua cultura africana.

Outro fator que se liga diretamente ao racismo ambiental é a questão indígena. As terras indígenas foram constantemente ameaçadas, já que a maioria dos indígenas foram mortos ou escravizados juntamente com os africanos. Muitas vezes os indígenas compartilharam suas terras com os quilombolas no intuito de resistirem aos ataques dos senhores de escravo. Esses espaços de divisão resultaram em uma mistura de fenômenos culturais, ajudando a formar o que hoje chamamos de cultura afro-brasileira, como a

⁷ Sobre a diáspora africana no Brasil ver PAULA e CORREA, 2016 e MORTARI, 2015.

⁸ Sobre a Lei Áurea como uma farsa, ver <https://www.ufrgs.br/oliveirasilveira/20-de-novembro/>

religião umbanda, que é a mistura de religiões africanas, com elementos indígenas e sincretismo cristão.

A formação dos cortiços também se relaciona ao racismo ambiental. Os cortiços começaram a surgir logo após a abolição, em resposta à crise habitacional que se instalou com a substituição do trabalho escravo pelo assalariado e o rápido crescimento populacional. Sem poder habitar os espaços rurais das fazendas escravistas, foi no centro que se multiplicaram as moradias possíveis para esta população de libertos: as habitações coletivas. Nesses locais, as situações de saúde e ambientais eram muito precárias, muitas vezes com esgoto a céu aberto, sem água tratada e energia elétrica. Em 1893 no Rio de Janeiro, um enorme cortiço chamado Cabeça de Porco foi derrubado a mando do então prefeito Barata Ribeiro para a construção do Túnel João Ricardo. Esse cortiço pertencia ao Conde d'Eu, esposo da Princesa Isabel. Cerca de 4 mil casas foram destruídas e muitas das pessoas que moravam ali foram morar no Morro da Providência⁹.

No início do século 20 o país vinha sofrendo diversas mudanças, e com essas mudanças veio a destruição dos cortiços. A Reforma de Passos, na cidade do Rio de Janeiro, na gestão do então prefeito Pereira Passos, colocou abaixo os cortiços que ficavam alocados em áreas centrais para a construção de grandes e largas avenidas para arejar a cidade de "maus ares". Algumas das famílias que perderam seu local de moradia foram morar no Morro da Providência, ou Morro da Favela¹⁰. A formação das favelas também tem relação estreita com o racismo ambiental.

Após a Guerra de Canudos, em 1898, guerrilheiros do exército que trabalhavam para o governo e as vivandeiras (que eram mulheres que cozinhavam e alimentavam os militares e que muitas vezes eram esposas ou amantes deles) voltaram à cidade do Rio de Janeiro com a esperança de ganharem as casas que foram prometidas, em troca de seu trabalho. Foram então até o Ministério do Exército esperar sua resposta, sendo surpreendidos com a negação do fornecimento de suas casas próprias. Dessa forma, resolveram subir até o Morro da Providência, que ficava próximo ao Ministério, e construir seus barracos de madeira. Ao chegarem lá, perceberam que já havia cerca de 100 casas no local, moradias essas que pertenciam a alguns moradores do cortiço Cabeça de Porco¹¹.

⁹ Sobre a destruição do Cabeça de Porco, ver NEGREIROS DE PAULA, 2003.

¹⁰ Sobre a reforma de Pereira Passos e os cortiços, ver VAZ, 1994; NEGREIROS DE PAULA, 2003

¹¹ Sobre a ocupação do Morro da Providência, ver em <https://museudoamanha.org.br/portodorio/?share=timeline-historia/11>

Na atualidade, o racismo ambiental ainda age de forma violenta, a fim de afastar os afro-brasileiros dos grandes centros urbanos. Realocadas, as pessoas de baixa renda, que são em sua maioria negras, vão parar em bairros nas margens das cidades, sem infraestrutura, sem saneamento básico, às vezes sem energia elétrica, distante de escolas e creches, longe de postos de saúde e hospitais, com pouco transporte coletivo, sem coleta de lixo (muitas vezes esses bairros ficam em locais de descarte de lixo, colaborando com a precariedade de saúde). Esse descaso, que coloca essas pessoas em uma posição de grande vulnerabilidade social, é uma expressão forte do racismo ambiental no país.

Os números do Censo 2010 do IBGE apontam claramente a gravidade da situação: 6% dos brasileiros ainda vivem em aglomerados subnormais (segundo o IBGE, ocupações irregulares de terrenos públicos ou privados em áreas urbanas caracterizados por um padrão urbanístico irregular e carência de serviços públicos essenciais), ou seja, cerca de 11,4 milhões de pessoas; e segundo a PNAD 2015 (Pesquisa por Amostra de Domicílios), aproximadamente 18,7 milhões de domicílios não tinham acesso a pelo menos um dos três serviços: conexão à rede de esgoto, coleta de lixo e água encanada.

Alguns projetos de governo foram criados para a habitação, como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV), programa de habitação federal do Brasil criado em março de 2009 pelo governo do então presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, que permite o financiamento de casas para pessoas pobres. Também alguns outros projetos econômicos, como o Bolsa Família, sancionado pela lei nº 10.836/04 de 09 de janeiro de 2004, também no governo Lula, que beneficia famílias de baixa renda, com um complemento para o sustento de crianças e adolescentes.

Assim como os projetos criados para promover a igualdade, também há as leis que regulamentam essa promoção. A Lei Federal nº 12.288 de 20 de junho de 2010 (BRASIL, 2010) que institui o Estatuto da Igualdade Racial (Art,1º), viabiliza, nos Art. 31, 32, 33 e 34, a segurança dos quilombos e afirma a responsabilidade do Estado quanto à permanência física e cultural dos remanescentes quilombolas em suas terras. Já os Art. 35, 36 e 37 asseguram habitação digna, moradia adequada, infraestrutura e financiamento habitacional para a “população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em degradação”.

Entender o racismo ambiental, suas dinâmicas sociais e suas relações com o racismo estrutural e institucional no Brasil é essencial para a construção de uma sociedade

racialmente igualitária. Informar a sociedade de como tudo começou e como esse tipo de racismo pode impactar negativamente as relações sociais é importantíssimo para garantir o bem-estar de todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Tópicos em Educação Antirracista contou com 82 participantes assíduos, sendo 62% formado por pessoas negras, 63% com ensino superior e 71,3 % professores das redes municipal e estadual. Os participantes se envolveram ativamente na construção do diálogo para a compreensão tanto das questões relativas ao racismo e às questões étnico-raciais quanto das práticas educativas antirracistas que foram geradas a partir dos debates. Professores brancos admitiram práticas didáticas racistas em suas aulas; professores negros relataram experiências de racismo como alunos e como profissionais de ensino, por parte de chefias e responsáveis de alunos; pesquisadoras convidadas, todas negras e educadoras em atividade na educação infantil, Ensino Médio e Ensino superior públicos, compartilharam entre os participantes as ações educativas antirracistas que tiveram sucesso em suas escolas. Vários participantes relataram mudanças em práticas educativas a partir do conhecimento obtido no projeto.

As discussões geradas no projeto Tópicos em Educação Antirracista foram essenciais para compreender o colorismo como fragmentação da negritude. Ao analisar os depoimentos femininos a partir das leituras teóricas realizadas, foi possível constatar que a mestiçagem foi um processo político, ideológico e cultural que impingiu violência sexual ao corpo das mulheres negras de forma a exercer poder e moldar uma hierarquia racial de dominação. É essencial atentarmos para o fato de que a negritude no Brasil é multicromática e diversa e que o colorismo não deve desarticular os laços entre os negros de diferentes tonalidades.

Da mesma forma, com as pesquisas realizadas no projeto Tópicos, foi possível observar a enorme discriminação às pessoas negras dentro da indústria cinematográfica, principalmente no seu início entre 1895 e 1930. Com o surgimento do cinema negro, relacionado aos movimentos de contestação social e identitários da década de 60 do século XX, o racismo na indústria cinematográfica começou a ser combatido e inúmeras conquistas pela população negra no ramo do audiovisual foram possíveis a partir de então.

Com o projeto Tópicos também foi possível entender o racismo ambiental, suas dinâmicas sociais e suas relações com o racismo estrutural e institucional no Brasil. O racismo ambiental, que se refere ao espaço, ao ambiente, afeta diretamente as culturas e pessoas, como foi possível observar. Esse tipo de racismo promove enormes perdas sociais, portanto, agir contra isso é urgente para o desenvolvimento de um país justo e sem preconceitos.

O Projeto de Extensão propôs compartilharmos análises a partir da leitura e pesquisa de textos teóricos e literários, mas também a partir de experiências do "chão da escola", da prática de sala de aula, do convívio diário com alunos e colegas de profissão, na tentativa de construirmos uma sociedade antirracista, isto é, uma sociedade em que a justiça racial seja uma realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ANDREWS, George R. Desigualdade: raça, classe e gênero. In: ANDREWS, George R.; DE LA FUENTE, Alejandro (Orgs.). **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

BOND, Letycia. Atlas da Violência: assassinatos de negros crescem 11,5% em 10 anos. **Agência Brasil**, Brasília, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/atlas-da-violencia-assassinatos-de-negros-crescem-115-em-10-anos> Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL, **Lei 12.288/10**. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, p. 1, Brasília, 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 15 out. 2020.

CORREA, Marco Aurélio da Conceição. Quem tem medo do cinema negro. **Justificando**, 3 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.justificando.com/2018/09/03/quem-tem-medo-do-cinema-negro/> Acesso em: 29 jun de 2021.

CRUZ, Jéssica Thoaldo da; MARTINS, Patrícia. Colorismo e embranquecimento na rede: o racismo e a tentativa histórica de apagar a ancestralidade africana. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 31^a, 2018. [Anais] Brasília: 2018. Disponível em: http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1539565197_ARQUIVO_ARTIGOCOLORISMO.pdf Acesso em: 29 abr. 2021.

ESCRAVIZADO. In: Dicionário Eletrônico Houaiss. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0. Acesso: 20 de nov. 2020.

FERREIRA, Roquinaldo; SEIJAS, Tatiana. O tráfico de escravos para a América Latina: um balanço historiográfico. In: ANDREWS, George R.; DE LA FUENTE, Alejandro (Orgs.). **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

FISCHER, Brodwyn; GRINBERG, Keila; MATTOS, Hebe. Direito, silêncio e racialização das desigualdades na história afro-brasileira. In: ANDREWS, George R.; DE LA FUENTE, Alejandro (Orgs.). **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1979.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; Apicuri, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 29 jun 2021

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. Rio de Janeiro: Pólen Livros, 2019.

MOREIRA, Adilson. Entrevista ao site Alma Preta. 30 Jan 2017. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/entrevista-adilson-moreira-e-o-racismo-institucional>. Acesso em 29 fev 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

POMBO, María Dolores. "Estudios sobre el racismo en América Latina". Revista Política y Cultura: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, Distrito Federal, México, 2002, p. 289-310.

PAULA, R. N. DE. Semente de Favela: jornalistas e o espaço urbano da Capital Federal nos primeiros anos da República – o caso do Cabeça de Porco. **Revista Cantareira**, n. 3, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27786/16193>. Acesso em: 29 jun 2020.

PRUDENTE, Celso. Cinema negro: pontos reflexivos para a compreensão da importância da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. *Revista Palmares*, 2005, p. 48 – 51. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/revista3/revista3-48.pdf>

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1°. ed. São Paulo: Companhia de letras, 2019.

SILVA, Tainan Maria Guimarães Silva e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Direito UNIFACS – Debate Virtual**, nº 201, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/4760/3121>. Acesso em: 29 jun de 2021

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Revista Análise Social**, vol. xxix (127), 1994 (3º), 581-597.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

GMSA contribuiu na concepção geral do trabalho e na elaboração e redação da introdução e considerações finais. Além disso, contribuiu com a revisão crítica de todo o conteúdo. VACM contribuiu na concepção geral do trabalho e na elaboração e redação da seção “O Colorismo e sua origem no Brasil”. NCR contribuiu na concepção do trabalho e na elaboração e redação da seção “O cinema negro, sua trajetória e sua luta”. SMP contribuiu na concepção do trabalho e na elaboração e redação da seção “Racismo ambiental: seu desenvolvimento e atualidade”.

Recebido em: 29/01/2021 Aceito em: 28/05/2021

